

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 534.894 - RJ (2019/0284124-6)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : CLEODIOMAR LIMA CARVALHO MARQUES
ADVOGADO : CLEODIOMAR LIMA CARVALHO MARQUES - RJ174553
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : FABIO CONCEICAO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIO CONCEICAO DA SILVA contra decisão de Desembargador integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, que indeferiu a liminar no HC n. 0057540-40.2019.8.19.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente teve sua prisão preventiva decretada pela prática, em tese, do crime previsto no art. 2.º, §§ 2.º e 4.º da Lei n. 12.850/13.

Irresignada a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que indeferiu o pleito sumário.

Nesta via, alega o impetrante, em síntese, falta de contemporaneidade entre os atos delituosos e o decreto prisional do paciente.

Aduz a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Requer, liminarmente, a imediata restituição da liberdade do paciente ou a substituição da prisão por medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

Esta Corte Superior, nos termos da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, pacificou orientação no sentido de que *"não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância"* (AgRg no HC 252.412/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 9-10-2012, DJe 17-10-2012), destacando que *"O referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha que não escapa à pronta percepção do julgador"* (AgRg no HC 300.610/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4-9-2014, DJe 15-9-2014).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular. É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações (fl. 96):

[...]

Em 03/09/2019, foi proferida decisão mantendo a prisão preventiva do acusado, estando, a princípio, bem fundamentada:

Superior Tribunal de Justiça

6.3). Quanto aos pedidos de revogação das prisões preventivas dos acusados FÁBIO CONCEIÇÃO, RODRIGO JORGE e ALEXANDRE BORGES (fls. 1.167/1.170, 1.258 e 1.293/1.300), após sopesar detidamente as brilhantes e bem redigidas petições de seus patronos entendi que os argumentos ali enumerados e detidamente enfrentados não superam os pressupostos concretos indicados na fundamentada decisão de fls. 816/840

Penso, peço ven/as aos causídicos, que os fatos apurados são gravíssimos e a penetração da suposta ORCRIM descrita nas provas até aqui trazidas, especialmente na conflagrada zona Oeste carioca reclamam a agressiva medida prisional infelizmente adotada. Destarte, não Há como deixar de dar razão a tese ministerial acostada as fls. 1.621/1.624.

Aliás, seria desnecessária a adoção dos temas ali tecidos como complemento da presente decisão, pois, a meu aviso, quando fui chamado a decidir sobre a medida cautelar enfrentei minuciosamente a matéria, inclusive empregando entendimento dos Tribunais superiores. Destarte, não me resta outra alternativa que não a de manter os acusados no cárcere onde se encontram;

Assim, nas hipóteses diversas, em que se requer um aprofundamento do pleito libertário, hipótese esta ora vertente, mostra-se prudente reservar o exame da questão ao órgão colegiado, após a vinda das informações e da manifestação ministerial em segundo grau.

[...]

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária, para manter, ao menos por ora, a segregação cautelar do paciente diante da razoabilidade da duração do processo atestada no *decisum* combatido.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator